
Hospital Meridional S.A. e empresas controladas

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 20x2
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Hospital Meridional S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Hospital Meridional S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Hospital Meridional S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

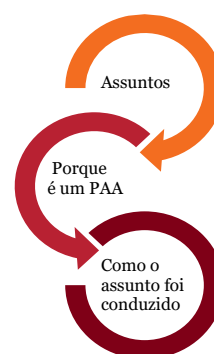
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Meridional S.A. e do Hospital Meridional S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Avaliação de perda por redução ao valor recuperável (impairment) de Ágio (Notas 2.19 e 13)

A Companhia possui ágio apurado na aquisição de controle acionário de empresas, no valor de R\$ 108.689 mil.

A avaliação anual de recuperabilidade do ágio envolve julgamentos críticos por parte da administração na determinação dos seus fluxos de caixa futuros esperados. Caso o valor recuperável calculado para ágio seja inferior ao seu valor contábil, uma perda por desvalorização (*impairment*) deve ser reconhecida. Entre as premissas que mais impactam as projeções estão a taxa de desconto, percentuais de crescimento e margem bruta da Companhia.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o uso de especialistas para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologias usadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às estimativas de crescimento, margens de lucro bruta e taxa de desconto. Adicionalmente, (i) avaliamos a exatidão e integridade das informações utilizadas nos cálculos; (ii) realizamos revisão retrospectiva de projeções anteriores para identificar alguma potencial inconsistência no desenvolvimento futuro das estimativas; (iii) realizamos cálculo independente do fluxo de caixa descontado, sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (iv) avaliamos a adequação das divulgações da Companhia.

Nossos procedimentos de auditoria demonstram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos.

Reconhecimento de receita (Notas 2.20, 4.1 e 21)

O reconhecimento de receita é efetuado com base nos serviços hospitalares prestados até a data do balanço. As obrigações de desempenho são medidas desde a admissão do paciente até o momento em que não há mais serviços necessários (momento da alta). Atualmente, existem 4 principais obrigações de desempenho, sendo o reconhecimento da receita específico para cada uma dessas obrigações.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista os montantes envolvidos e as características inerentes ao processo de reconhecimento de receita, incluindo a estimativa relacionada a mensuração das glosas dos serviços prestados, que é um julgamento crítico da administração.

Entre outros procedimentos, efetuamos: (i) o entendimento dos controles relevantes identificados pela administração da Companhia para monitoramento e apuração dos serviços prestados, assim como para as glosas reconhecidas; (ii) avaliamos os critérios empregados na elaboração da estimativa de provisão de glosas, com base no histórico de perdas; (iii) em base amostral, verificamos as remessas de contas hospitalares para planos de saúde, notas fiscais e liquidações financeiras, quando aplicável; (iv) obtivemos os relatórios analíticos de contas hospitalares ao final do exercício 2022 e início de 2023 e testamos, em base amostral, o reconhecimento da receita no período correto de competência; e (v) avaliamos a divulgação destes assuntos nas notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria demonstram que os critérios e as premissas adotados pela administração para apuração da receita e o seu reconhecimento no período correto, bem como as correspondentes divulgações, são razoáveis e consistentes com as informações e documentos apresentados.

Outros assuntos**Demonstrações do Valor Adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Hospital Meridional S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Hospital Meridional S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2023



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Cáren Henriete Macohin
Contadora CRC 1PR038429/O-3 "T" SC

Hospital Meridional S.A.

Balço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.358	1.338	21.793	14.998
Contas a receber de clientes	7	17.669	63.358	66.741	177.460
Estoques	9	18.451	23.357	35.664	39.126
Outros ativos	8	12.522	21.023	28.167	26.067
Total do ativo circulante		51.000	109.076	152.365	257.651
Não circulante					
Contas a receber de partes relacionadas	10	229.348	6.274	270.185	23
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	11.285	9.069	45.962	34.490
Outros ativos	8	8.576	8.184	19.616	22.443
Investimentos	12	212.744	271.094	-	-
Imobilizado	15	75.850	43.674	210.129	145.830
Direito de uso	13	66.845	62.440	204.663	190.193
Intangível	14	7.576	7.085	128.961	121.460
Total do ativo não circulante		612.224	407.820	879.516	514.439
Total do ativo		663.224	516.896	1.031.881	772.090

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hospital Meridional S.A.

Balço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores e outras obrigações	16	37.923	46.852	99.446	101.697
Contas a pagar com partes relacionadas	10	261.112	117.779	299.258	47.657
Passivos relacionados a contratos com clientes	19	265	507	1.788	1.747
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	49.767	40.595	67.571	57.697
Dividendos propostos		9.477	9.702	9.477	10.049
Imposto de renda e contribuição social a pagar	11	-	-	6.701	12.883
Passivos de arrendamento	13	9.591	8.617	28.691	24.745
Total do passivo circulante		368.135	224.052	512.932	256.475
Não circulante					
Contas a pagar por aquisição	17	13.296	11.517	21.110	16.736
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	98.557	137.503	136.713	185.000
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	9.178	8.318	25.340	25.497
Passivos de arrendamento	13	66.339	60.695	206.682	188.553
Provisões para contingências	20	3.492	5.520	10.124	14.574
Outras obrigações	16	3.240	3.569	13.490	15.647
Total do passivo não circulante		194.102	227.122	413.459	446.007
Total do passivo		562.237	451.174	926.391	702.482
Patrimônio líquido					
Capital social	21	68.100	68.000	68.100	68.000
Reservas de lucros	21	72.207	37.042	72.207	37.042
Outros Resultados Abrangentes		(39.320)	(39.320)	(39.320)	(39.320)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		100.987	65.722	100.987	65.722
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	4.503	3.886
Total do patrimônio líquido		100.987	65.722	105.490	69.608
Total do passivo e do patrimônio líquido		663.224	516.896	1.031.881	772.090

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hospital Meridional S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida de contratos com clientes	22	213.156	218.704	655.612	637.092
Custo dos serviços prestados	23	(151.521)	(147.344)	(494.206)	(457.157)
Lucro bruto		61.635	71.360	161.406	179.935
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	23	(30.146)	(40.161)	(58.950)	(64.845)
Resultado da equivalência patrimonial		35.608	41.880	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	24	4.277	(5.684)	5.247	(4.041)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		71.374	67.395	107.703	111.049
Receitas (despesas) financeiras					
Receitas financeiras	25	318	360	2.714	1.510
Despesas financeiras	25	(33.519)	(25.170)	(62.633)	(48.796)
Resultado financeiro, líquido		(33.201)	(24.810)	(59.919)	(47.286)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		38.173	42.585	47.784	63.763
Imposto de renda e contribuição social	26	1.356	(1.733)	(7.185)	(21.453)
Lucro do exercício		39.529	40.852	40.599	42.310
Participação de acionistas controladores		39.529	40.852	39.529	40.852
Participação de acionistas não controladores		-	-	1.070	1.458
Lucro por ação (expresso em R\$ por ação)					
Básico		0,6101	0,6358	0,6101	0,6358
Diluído		0,6101	0,6358	0,6101	0,6358

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hospital Meridional S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro do exercício	39.529	40.852	40.599	42.310
Resultado abrangente do exercício				
Itens que não serão reclassificados para o resultado				
Ajustes de participação no capital de controladas/coligadas (Nota 12)	-	(22)	370	11
Participação de não controladores oriundos da combinação de negócios	-	-	-	-
Outros componentes do resultado abrangente do exercício, líquidos dos efeitos tributários	-	(22)	370	11
Total do resultado abrangente do exercício	39.529	40.830	40.969	42.321
Acionistas controladores			39.529	40.830
Acionistas não controladores			1.440	1.491
			40.969	42.321

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hospital Meridional S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Controladora e Consolidado								
	Capital social	Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Legal	Retenções de lucros	Reserva de investimento						
Em 1º de janeiro de 2021	68.000	3.722	14.612	(11.982)	(39.298)	-	35.054	2.742	37.796
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	40.852	40.852	1.458	42.310
Apropriações do lucro líquido em reservas	-	2.043	28.647	-	-	(31.150)	(460)	-	(460)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(9.702)	(9.702)	(347)	(10.049)
Ajuste de variação no patrimônio líquido de controladas/coligadas	-	-	-	-	(22)	-	(22)	33	11
Em 31 de dezembro de 2021	<u>68.000</u>	<u>5.765</u>	<u>43.259</u>	<u>(11.982)</u>	<u>(39.320)</u>	<u>-</u>	<u>65.722</u>	<u>3.886</u>	<u>69.608</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	39.529	39.529	1.070	40.599
Apropriações do lucro líquido em reservas	-	2.048	2.970	30.146	-	(30.141)	5.024	-	5.024
Aumentos de capital	100	-	-	-	-	-	100	-	100
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(9.388)	(9.388)	(823)	(10.211)
Ajuste de variação no patrimônio líquido de controladas/coligadas (Nota 12)	-	-	-	-	-	-	-	370	370
Em 31 de dezembro de 2022	<u>68.100</u>	<u>7.813</u>	<u>46.229</u>	<u>18.164</u>	<u>(39.320)</u>	<u>-</u>	<u>100.987</u>	<u>4.503</u>	<u>105.490</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hospital Meridional S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		38.173	42.585	47.784	63.763
Ajustes por:					
Depreciação do ativo imobilizado e do direito de uso	23	8.687	6.960	25.704	21.079
Amortização do ativo intangível	23	590	591	3.419	4.978
Provisões de juros sobre empréstimos, amortização de custo de captação, financiamentos, debêntures e arrendamentos	18	26.195	22.103	50.866	43.379
Equivalência patrimonial	12	(35.608)	(41.880)	-	-
Provisões para contingências	20	(2.253)	448	(209)	(6.458)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	7	1.087	3.102	3.424	8.275
Atualização monetária de contas a pagar por aquisição		1.779	2.254	1.925	2.970
Baixas de ativo imobilizado		-	2	-	1
Baixa de Controlada		-	1.699	-	-
Apropriação do custo de transação		-	2.800	-	3.045
Variações de ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes		44.602	(41.980)	108.681	(83.519)
Impostos a recuperar		-	-	87	-
Adiantamentos		(242)	-	542	-
Estoques		4.906	(13.086)	3.462	(15.239)
Outros ativos		8.109	-	727	-
Fornecedores		(8.929)	17.859	(1.518)	24.446
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	719	-
Obrigações tributárias		1.437	-	5.476	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.356)	976	(11.629)	19
Dividendos propostos		-	-	-	-
Partes relacionadas		(79.741)	123.891	(18.561)	47.634
Outras obrigações		(4.693)	(483)	(10.539)	12
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) operações		2.743	127.841	210.360	114.385
Juros pagos (empréstimos e arrendamentos)		(21.200)	(22.999)	(32.267)	(25.141)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(81)	(4.461)	(18.673)	(24.149)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(18.538)	100.381	159.420	65.095
Fluxo de caixa das atividades de investimento:					
Aquisição de controlada, líquida do caixa adquirido		73.370	-	(14.443)	-
Aporte de capital em controladas	12	(2.152)	(81.837)	-	(32)
Aquisições de imobilizado e intangível	14 e 15	(39.077)	(21.413)	(80.132)	(81.884)
Dividendos recebidos		22.739	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		54.881	(103.250)	(94.575)	(81.916)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:					
Empréstimos, financiamentos e debêntures - captações	18	-	70.000	2.000	70.000
Empréstimos e financiamentos e debêntures pagos	18	(30.092)	(53.353)	(39.416)	(74.304)
Custo na obtenção de empréstimos e financiamentos		4.157	-	6.721	-
Pagamento do passivo de arrendamento	13	(9.488)	(8.189)	(27.001)	(23.037)
Aumento de capital	21	100	-	100	(4.403)
Participação de acionistas não controladores		-	-	(454)	(450)
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia		-	(4.403)	-	-
Recompra de Ações		-	(450)	-	-

Hospital Meridional S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(35.323)	3.605	(58.050)	(32.194)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.020	736	6.795	(49.015)
Caixas e equivalentes de caixa no início do período	1.338	602	14.998	64.013
Caixas e equivalentes de caixa no final do período	2.358	1.338	21.793	14.998
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.020	736	6.795	(49.015)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hospital Meridional S.A.

Demonstração do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas				
Receita bruta de serviços	224.815	233.315	691.687	678.367
Receita bruta de serviços	228.957	-	704.373	-
Glosas	(4.142)	-	(12.686)	-
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(1.087)	(3.102)	(3.424)	(8.275)
	223.728	230.213	688.263	670.092
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais e medicamentos	(51.754)	(50.318)	(124.737)	(121.630)
Serviços de terceiros	(54.042)	(52.897)	(172.684)	(154.480)
Utilidades e serviços	(12.775)	(12.087)	(42.274)	(37.788)
Viagens e hospedagens	(386)	(989)	(389)	(1.109)
Outras receitas (despesas)	2.221	(8.582)	7.008	(5.327)
Valor adicionado bruto gerado (aplicado) pela Companhia	106.992	105.340	355.187	349.758
Valor adicionado bruto	106.992	105.340	355.187	349.758
Depreciação e amortização	(9.278)	(7.551)	(29.123)	(26.057)
Valor adicionado líquido gerado (aplicado) pela Companhia	97.714	97.789	326.064	323.701
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado da equivalência patrimonial	35.608	41.880	-	-
Receitas financeiras	318	360	2.714	1.510
Valor total adicionado distribuído	133.640	140.029	328.778	325.211
Distribuição do valor adicionado				
Colaboradores	(49.928)	(59.027)	(179.042)	(173.776)
Remuneração direta e benefícios	(49.928)	(59.027)	(179.042)	(173.776)
Impostos	(10.303)	(14.093)	(43.260)	(56.272)
Impostos sobre serviços	(11.659)	(12.360)	(36.075)	(34.819)
Impostos sobre o lucro	1.356	(1.733)	(7.185)	(21.453)
Remuneração de capitais de terceiros	(33.880)	(26.056)	(65.877)	(52.853)
Despesas financeiras	(33.519)	(25.170)	(62.633)	(48.796)
Aluguéis	(361)	(886)	(3.244)	(4.057)
Remuneração de capitais próprios	(39.529)	(40.852)	(40.599)	(42.310)
Participação de acionistas controladores no lucro retido	(39.529)	(40.852)	(39.529)	(40.852)
Participação de acionistas não controladores no lucro retido	-	-	(1.070)	(1.458)
Valor adicionado distribuído	(133.640)	(140.029)	(328.778)	(325.211)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações sobre a Companhia

O Hospital Meridional S.A. ("Companhia", "Hospital Meridional" ou "Controladora") e suas controladas (conjuntamente, "Rede" ou "Grupo"), com sede na Avenida Meridional, Nº 200, Cep 29.151-920, Bairro Alto Laje em Cariacica – Espírito Santo.

A Companhia têm por objetivo a prestação de serviços hospitalares com qualidade e excelência médica. Atualmente, com seis hospitais na região metropolitana da grande Vitória - ES e um hospital no norte do estado do Espírito Santo, localizado em São Mateus totalizando 704 leitos, sendo 226 leitos de UTI.

Em 01 de abril de 2022, a controlada do Hospital Meridional, Laranjeiras Participações Ltda., concluiu a aquisição do Instituto de Diagnósticos Especializados Ltda., localizado em Brasília, Distrito Federal, adquirindo 100% das quotas representativas do capital social.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e de acordo com as normas e pronunciamentos do International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 28 de março de 2023.

Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia faz a apresentação do Fluxo de Caixa Indireto, individual e consolidado. A principal utilidade desse método é mostrar as origens ou aplicações de caixa decorrentes das alterações temporárias de prazos nas contas relacionadas com o ciclo operacional do negócio.

Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS's não requerem a apresentação dessa demonstração, como consequência está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.2 Base de consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos e os passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

(c) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(d) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Hospital Meridional tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Hospital Meridional tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e *joint ventures* é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas e *joint ventures* são eliminados na proporção da participação do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis

das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

(e) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 12 e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas a partir da seção 2.3.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a “moeda funcional”).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como “Empréstimos”, no passivo circulante.

Os depósitos bancários correspondem aos saldos mantidos em aplicações de curto prazo na data base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As aplicações financeiras em 2022 possuem remuneração entre 100% e 105% (100% e 103% em 2021) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, resgatáveis em prazos inferiores a 90 dias e com mudança insignificante de valor

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Rede. A Rede mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.6 Perda de recuperabilidade sobre créditos

A companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil, a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis

2.7 Estoques

Os estoques são compostos por medicamentos e materiais hospitalares e estão demonstrados ao custo médio de aquisição não excedendo ao valor líquido de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve provisão de obsolescência e/ou perda reconhecida, dado que a Companhia verifica os lotes de vencimentos no prazo de 30 a 60 dias, o que evita a necessidade da provisão.

2.8 Ativo indenizatório (presente no grupo Outros Ativos)

Conforme instrumento particular de compra e venda de ações e outras avenças, ficou determinado em cláusulas que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à mudança de controle serão de responsabilidade dos vendedores e serão reembolsados ou descartadas da parcela a prazo.

2.9 Imobilizado

O imobilizado é composto principalmente por obras em andamento e equipamentos hospitalares. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Equipamentos hospitalares	10 a 15
Veículos	3 a 5
Móveis, utensílios e outros equipamentos	3 a 8

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas), líquidas” na demonstração do resultado.

2.10 Intangível

(a) Ágio (Goodwill)

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecidos e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

(b) Relações contratuais

As relações contratuais de não competição (*non compete*), adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Estas relações contratuais têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada do impeditivo contratual de não competição.

Para avaliação do ativo a valor justo da marca foi utilizado a metodologia Relief from Royalty -RfR (o princípio básico do método RfR é que, sem a posse do referido ativo intangível, o usuário deste ativo deve realizar uma sequência de pagamentos ao dono do ativo em decorrência do direito de uso do mesmo).

(c) Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Rede, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

2.11 Direito de uso e passivo de arrendamento

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Ativo de direito de uso arrendamento

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridas e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam tanto na mensuração inicial quanto na remensuração taxas nominais observáveis.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 (doze) meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Prazo de arrendamento

A Companhia analisou para todos os contratos o prazo de arrendamento conforme a combinação de prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato.

Arrendador

A receita com arrendamentos de arrendamentos operacionais quando a Companhia atua como arrendador, é reconhecida pelo método linear como receita durante o período do arrendamento. Os custos diretos iniciais incorridas na obtenção de um arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil do ativo subjacente e reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento, na mesma base que a receita de arrendamento. Os respectivos ativos arrendados são incluídos no balanço patrimonial com base em sua natureza. A Companhia não identificou a necessidade de ajustes na contabilização dos seus subarrendados a terceiros como resultado da adoção da nova norma para arrendamentos.

Taxa de desconto

A Companhia determina sua taxa incremental sobre arrendamentos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. A taxa é determinada de acordo com as características (e prazos) dos contratos demonstrada vide nota 13.

A Companhia utilizou a taxa de juros incremental para descontar a valor presente o fluxo real de pagamentos. Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ no 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento do período, vide nota 13.

2.12 Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Rede nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.13 Provisões para ações judiciais, ativos e passivos contingentes

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Companhia é parte em processos trabalhistas e cíveis em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração com base na expectativa de perda provável, amparada por seus assessores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

Contingências trabalhistas e previdenciárias: as principais matérias discutidas nos processos trabalhistas envolvem pedidos de médicos de declaração de reconhecimento de vínculo empregatício, horas extras, férias, adicional de insalubridade, intervalo intrajornada, décimo terceiro salário, FGTS, rescisão indireta, multa do art. 477, multa do art. 467, reconhecimentos previdenciários e trabalhistas.

A Administração, com auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas e prováveis, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

Ações cíveis: os processos de natureza cível estão relacionados a ações movidas por pacientes e familiares diretamente relacionados às atividades médicas, comuns ao setor hospitalar.

Não é esperado nenhum passivo relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados. Adicionalmente, a Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída.

2.14 Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

2.15 Ações em tesouraria

As ações em tesouraria representam as ações da companhia que são adquiridas pela própria sociedade. A aquisição de ações de emissão própria e sua alienação são transações de capital da companhia com seus sócios, não devendo afetar o resultado.

Não é permitido às companhias adquirir suas próprias ações a não ser quando houver:

- Operações de resgate, reembolso ou amortizações de ações;
- Aquisição para permanência em tesouraria ou cancelamento; e
- Aquisição para diminuição do capital (limitado às restrições legais).

O preço de aquisição de ações não poderá ser superior ao valor de mercado e, no caso de aquisição de ações que possuam prazo predeterminado para resgate, o preço de compra não poderá ser superior ao valor fixado para resgate.

2.16 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.17 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido ou (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação no exercício.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro líquido ou (prejuízo) e a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações).

2.18 Instrumentos financeiros

O CPC 48 propõe que todos os ativos e passivos financeiros sejam avaliados a valor justo no momento inicial do contrato. Entretanto, os recebíveis sem elementos significativos de financiamento permanecem pelo valor de custo amortizado, sujeitos ao teste de *impairment*.

Ativos financeiros

(a) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

(b) Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

(c) Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

(d) Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as duas categorias de mensuração a seguir:

- **Custo amortizado** – os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.
- **Valor justo por meio do resultado** – os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

2.19 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

(a) Testes do Ágio para verificação de *impairment*

O valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa descontado, antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas pela Administração. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor de hospitais no qual a UGC atua.

Para cada UGC com valor relevante de ágio, as premissas-chave, a taxa de crescimento de longo prazo e a taxa de desconto utilizadas nos cálculos do valor em uso são como demonstrados vide nota 14.

A Administração através de seus consultores independentes, realizou análise de *impairment* dos ágios (realizada no mínimo uma vez ao ano, conforme necessidade), mediante a comparação dos saldos contábeis com os fluxos de caixa projetados e não foi identificada a necessidade de registrar qualquer provisão de perda, dessa forma conclui-se que para o exercício de 2022 e 2021 não há indícios de *impairment*.

2.20 Reconhecimento de receitas e custos operacionais

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Rede. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos cancelamentos, dos abatimentos, dos descontos e glosas.

A Rede reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Rede, conforme descrição a seguir. A Rede baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

(a) Componentes de financiamento

A Rede não prevê ter contratos nos quais o período entre a transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente e o pagamento por parte do último exceda um ano. Como consequência, a Rede não ajusta os preços de transação em relação ao valor do dinheiro no tempo.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

2.21 Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez

A Companhia e suas controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

2.22 Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações financeiras, as quais a Companhia e suas controladas não esperam impactos significativos na aplicação destas alterações ou não se aplicam, estão abaixo apresentadas:

- CPC 26/ IAS 1 e CPC 23/ IAS 8: Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes;
- IFRS 17: Contratos de seguro e alterações;
- CPC 26/ IAS 1 e IFRS Demonstração Prática 2: Divulgação de políticas contábeis;
- CPC 23/ IAS 8: Definição de estimativa contábil; e
- CPC 32/ IAS 12: Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação.

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia e suas controladas.

O Grupo está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

3. Gestão de risco financeiro

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Rede expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Rede concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Rede.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Rede. A tesouraria da Rede identifica, avalia e protege a Rede contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Rede, para efetuar a gestão de risco global assim como para áreas específicas tais como: risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

A Rede não faz uso de instrumentos financeiros derivativos.

(a) Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

A Rede possui empréstimos em moeda local, pré-fixado e/ou pós-fixado (sujeito à flutuação da taxa juros). Empréstimos com juros pré-fixados não são considerados riscos para a Rede. O risco inerente de empréstimos pós-fixados surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa.

O risco de taxa de juros da Rede decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos com taxas variáveis expõem a Rede ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito da Rede decorre de depósitos em bancos e aplicações financeiras de curto prazo, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

As aplicações financeiras da Rede são realizadas em instituições financeiras consolidadas no mercado com ratings em âmbito nacional de nível elevado.

A Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência no contas a receber em aberto superior ao valor já provisionado.

(19) Contas a receber de clientes e ativos de contratos

A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos (contas a receber de clientes a faturar).

As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento de serviços de seus clientes e as perdas de crédito históricas correspondentes incorridas durante esse período. As taxas utilizadas são de perdas históricas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

As perdas por impairment em contas a receber de clientes e as recuperações subsequentes são apresentadas na demonstração do resultado.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Rede e agregada pelo departamento de tesouraria. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Rede para assegurar que exista caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento.

Com os contratos que possui covenants, monitora os principais índices econômicos a fim de que a Rede não quebre os limites ou as cláusulas do empréstimo em qualquer uma de suas linhas de crédito.

(d) Risco Cambial

Durante exercício de 2022, os empréstimos da Rede foram realizados em moeda nacional (R\$), dessa forma, não há impacto de variação cambial na Rede.

(e) Análise de Sensibilidade

A Rede possui empréstimos, financiamentos e debêntures em moedas locais, sujeitos, principalmente, à flutuação das taxas de juros. O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa.

A análise de sensibilidade dos juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures utilizou como cenário provável (Cenário I) as taxas referenciais obtidas na B3 e BNDES em 31 de dezembro de 2022, e os cenários II e III levam em consideração um incremento de 25% e 50%, respectivamente, nessa taxa. A análise foi realizada para o período dos próximos 12 meses. Os resultados são como seguem:

Taxas	Cenário I atual	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (a.a.)	13,65%	17,06%	20,48%
TJLP (a.a.)	IPCA+5,6%	IPCA+6,85%	IPCA+7,10%
Despesas com juros projetadas para 2023 (em milhares)	31.635	37.032	38.112
Aplicações financeiras	16.526	19.346	19.911

Segue abaixo a composição de dívida com instituições financeiras da Companhia, por rating:

31 de dezembro de 2022

Banco	% Dívida com instituições financeiras	% Aplicações financeiras	National Ratings S&P's
Instrumentos de mercado	N/A	N/A	-
Banco Itaú	N/A	0,13%	AAA
Banco Santander	49,21%	66,42%	AAA
Banco do Brasil	13,78%	3,33%	AAA
Bocom BBM	29,96%	1,08%	AAA
Banco Bradesco	N/A	1,21%	AAA
BNDES	N/A	N/A	AAA
Outros	7,05%	27,84%	-

3.2 Gestão de capital

Os objetivos da Rede ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Rede para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Rede, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, da Rede monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

(a) Cláusulas contratuais restritivas – covenants

O Hospital Meridional possui cláusulas restritivas que podem requerer o vencimento antecipado ou o refinanciamento das dívidas se não cumprir com essas cláusulas restritivas.

Os cálculos dos índices atrelados a cláusulas restritivas são avaliados periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram verificados indícios de que a Companhia não seria capaz de cumprir integralmente as condições estabelecidas nos períodos de medição.

As cláusulas restritivas aos quais o Hospital Meridional está submetido são:

1ª Emissão *Debentures*

A distribuição de dividendos não deve ser superior ao mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

A relação entre a dívida líquida e o EBITDA do Hospital precisa ser igual ou inferior a 3,8, durante a vigência de contrato e atualizada conforme cláusula contratual. O Hospital Meridional se encontra adimplente com os *covenants*.

3.3 Estimativa do valor justo

O valor justo dos ativos em combinação de negócios foi estimado considerando acordo de não competição (non-compete). Para a análise do Non-compete a metodologia utilizada foi o *With or Without (Wow)* que é uma abordagem de renda que mede o valor de um ativo com base na diferença no valor justo de uma empresa que possui o ativo e uma empresa hipotética que não possui o ativo.

A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 – informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

Nível 3 – informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

A tabela abaixo apresenta a posição do ativo da Companhia mensurado a valor justo em 31 de dezembro de 2022:

	Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo				
Ativo a valor justo (i)	-	3.718	-	3.718
Total do ativo	-	3.718	-	3.718

(i) O Hospital Meridional reconhece o ativo de cláusula de não competitividade, oriundo de combinação de negócios, a valor justo (classificados como Nível 2).

O valor justo do acordo de contas a pagar em combinação de negócios foi estimado aplicando-se a abordagem de mercado e está classificado como nível 2 da hierarquia do valor justo. Trata-se da mensuração de valor justo do Nível 2.

As tabelas abaixo apresentam a posição do passivo da Rede mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	Controladora			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Passivo				
Contas a pagar em combinação de negócios	-	11.517	-	11.517
Total do passivo 2021	-	11.517	-	11.517

Hospital Meridional S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Passivo				
Contas a pagar em combinação de negócios	-	13.296	-	13.296
Total do passivo 2022	-	13.296	-	13.296

	Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Passivo				
Contas a pagar em combinação de negócios	-	16.736	-	16.736
Total do passivo 2021	-	16.736	-	16.736

	Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Passivo				
Contas a pagar em combinação de negócios	-	21.110	-	21.110
Total do passivo 2022	-	21.110	-	21.110

Não houve transferência entre os níveis durante os exercícios.

A tabela a seguir apresenta as alterações dentro dos passivos de Nível 2 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

	Controladora	Consolidado
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	9.913	14.415
Atualizações monetárias	2.254	2.970
Reduções por liquidação	(650)	(649)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	11.517	16.736
Aquisição do Instituto de Diagnósticos Especializados Ltda. (Nota 5)	-	2.002
Atualizações monetárias	1.779	2.374
Reduções por liquidação	-	(2)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	13.296	21.110

4. Julgamento, estimativa e premissas contábeis significativas

4.1 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

(19) Reconhecimento de receita

A política adotada para o reconhecimento da receita são os critérios dispostos no CPC 47 – Contratos com clientes e IFRS 15, que consiste na entidade reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A Rede atua no ramo de prestação de serviços hospitalares. A receita é oriunda dessa prestação de serviços e seu reconhecimento é realizado com base nos serviços executados até a data finda do período contábil.

As obrigações de desempenho são medidas desde a admissão do paciente até o ponto em que não há mais serviços necessários, o momento da alta. Quando este procedimento utiliza mais de um período, é realizado a medida parcialmente pela competência.

As principais obrigações de desempenho e o respectivo reconhecimento são:

Obrigações de desempenho	Reconhecimento
Fornecimento de acomodação, refeições e profissionais de saúde	A receita é reconhecida ao longo do tempo em relação aos serviços prestados, na medida em que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Rede durante a permanência do paciente.
Procedimentos cirúrgicos	A receita é reconhecida ao longo do tempo, pois os serviços são executados de acordo com o uso.
Aplicação de medicamentos e uso de materiais hospitalares	A receita é reconhecida no momento em que o medicamento e/ou material hospitalar é dispensado ao cliente, ou seja, conforme o paciente consome o produto.
Serviço de Apoio à Diagnose e Terapia (SADT)	A receita é reconhecida no momento da realização do procedimento no paciente.

O preço da transação é determinado com base nas taxas fee-for-service (modelo de remuneração funcional e baseado no serviço executado) dos serviços prestados ou nos pacotes que reúnem um conjunto de serviços prestados (pacotes ou diária global).

Caso a taxa por serviços (fee-for-service) seja determinada como o preço de transação em contrato, configura que tudo o que for utilizado no atendimento hospitalar, incluindo materiais hospitalares, medicamentos e serviços, sendo utilizada no reconhecimento da receita e, conseqüentemente, faturada. Nesse formato, o preço é pago de acordo com cada procedimento, exame ou consulta realizada, além das internações, que incluem as acomodações do paciente e serviços médicos utilizados. Quando a modalidade do preço é determinada por pacotes, que envolvem serviços preestabelecidos e valores fixos, serão reconhecidos independentemente do paciente ter utilizado todos os serviços disponíveis em contrato.

Para os pacientes particulares é necessário a realização de um co-pagamento ou de um depósito adiantado, que é reconhecido como receita quando os bens ou serviços futuros são prestados. Além da receita operacional, a Companhia reconhece a receita oriunda dos rendimentos financeiros obtidos em aplicações de curto prazo, com base no princípio da competência.

Contraprestação variável

A Companhia considera que as glosas são contraprestações variáveis, de acordo com a CPC 47.

Se a contraprestação prometida no contrato incluir um valor variável, a entidade estima o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente. A variabilidade relativa à contraprestação prometida ao cliente pode ser declarada expressamente no contrato ou calculada pela melhor estimativa do período.

4.2 Estimativas e premissas contábeis críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas em relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período, estão contempladas a seguir:

(a) Perda (*impairment*) de ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Rede aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Rede, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Anualmente a Companhia através de seus assessores técnicos e independentes, avalia a recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos. O teste consiste em avaliar a capacidade de aproveitamento do ativo diferido ao período de cinco anos, através da análise do fluxo de caixa projetado.

(c) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário

A Rede utiliza a taxa de incremental de empréstimo do arrendatário Incremental Borrowing Rates (IBR) como taxa de desconto para seus contratos de arrendamento, ou seja, para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

A adoção da IFRS 16 permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que essa escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares.

A Rede adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares.

(d) Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso

No mínimo uma vez ao ano, a Rede testa eventuais perdas (impairment) no ágio, conforme apresentada vide nota 14. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela Administração.

A Administração realizou análise de impairment dos ágios sobre os exercícios de 31 de dezembro de 2022 e 2021 mediante a comparação dos saldos contábeis com os fluxos de caixa projetados e não identificou a necessidade de registrar qualquer provisão de perda.

(e) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada.

(f) Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias trabalhistas.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5. Restruturação societária e combinação de negócios

Combinações de negócios ocorridas em 2022

Instituto de Diagnósticos Especializados Ltda. (IDE)

Em 01 de abril de 2022, ocorreu a aquisição do Instituto de Diagnósticos Especializados. ("IDE"), com base no balanço patrimonial encerrado em 31 de março de 2022. A Companhia adquiriu 100% do capital social do Instituto de Diagnósticos Especializados Ltda. ("IDE"). Essa empresa tem como principal objetivo a prestação de serviços hospitalares e está localizada na cidade de Serra – ES.

A Companhia apresentará valores preliminares de ativos líquidos identificáveis e de ágio de expectativa de rentabilidade futura para combinação de negócios. A Companhia contratou consultoria especializada e independente para elaboração do laudo de avaliação de valor justo dos ativos líquidos identificáveis e está adotando o prazo de mensuração permitido pelos itens 45 e 46 do CPC 15 (Combinação de Negócios) e reportará os valores identificáveis nas próximas demonstrações financeiras de forma retrospectiva.

Hospital Meridional S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adquirente	Laranjeiras Participações Ltda.
Adquirida	Instituto de Diagnósticos Especializados Ltda.
Local	Serra – ES – Brasil
Data do Controle	01/04/2022
Porcentagem de participação acionária com direito a voto adquirida	100,00%
Fatores qualitativos que compõem o goodwill reconhecido	Atribuível ao potencial de ganhos futuros e sinergias relativas à entrada em uma nova praça, redução em custos administrativos e perspectiva de forte expansão operacional.
Principais razões para combinação de negócios	Em linha com a estratégia da Companhia de expansão e consolidação do setor de serviços hospitalares no Brasil.
Passivos contingentes na aquisição	Sim

Os detalhes do valor justo dos ativos líquidos adquiridos e do ágio são os seguintes:

	IDE
	01 de abril de 2022
Parcela à vista	12.000
Parcela a prazo	2.002
	14.002
Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Total de ativos líquidos identificáveis	5.348
Goodwill (ágio por expectativa de rentabilidade futura)	8.654
Total da contraprestação transferida	14.002
Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Caixa e equivalentes de caixa	1.626
Duplicatas a receber e outros créditos	1.386
Tributos a recuperar	87
Adiantamentos	501
Ativo imobilizado	1.581
Marcas registradas (incluídas em intangíveis)	2.137
Duplicatas a pagar e outras exigibilidades	(733)
Obrigações trabalhistas	(719)
Obrigações tributárias	(170)
Provisões para contingências	(348)
Total de ativos líquidos identificáveis	5.348
Goodwill (ágio por expectativa de rentabilidade futura)	8.654
	14.002
Caixa pago pela obtenção do controle líquido do caixa adquirido	
Parcela à vista	12.000
Menos: Caixa adquirido da controlada	(1.626)
	10.374
Impacto nas informações consolidadas a partir da data de aquisição	
Receita líquida	10.954
Custos e despesas	(7.203)
Resultado financeiro	35
Imposto de renda e contribuição social	(188)
Lucro líquido	3.598

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Recursos em banco e em caixa	406	814	3.577	8.700
Depósitos bancários de curto prazo	1.952	524	18.216	6.298
	2.358	1.338	21.793	14.998

Os depósitos bancários correspondem aos saldos mantidos em aplicações de curto prazo na data base das demonstrações financeiras. As aplicações financeiras possuem remuneração entre 100% a 105% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, resgatáveis em prazos inferiores a 90 dias e com mudança insignificante de valor.

7. Contas a receber de clientes e outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Contas a receber de clientes	28.663	73.265	95.789	203.025
(-) Provisão para perda esperada	(10.994)	(9.907)	(29.048)	(25.565)
Contas a receber de clientes, líquidas	17.669	63.358	66.741	177.460

(a) A movimentação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, é conforme segue:

	Consolidado		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Saldo em 1º de janeiro	(9.907)	(6.805)	(25.565)	(17.290)
Provisão para impairment de contas a receber de clientes	(1.087)	(3.102)	(3.424)	(8.275)
PECLD assumido a partir de combinação de negócios	-	-	(59)	-
Saldo em 31 de dezembro	(10.994)	(9.907)	(29.048)	(25.565)

(b) Aging do contas a receber:

	Consolidado				Total
	A vencer	Mais de 30 dias em atraso	Mais de 60 dias em atraso	Mais de 120 dias em atraso	
31 de dezembro de 2021					
Taxa de perdas esperadas - %	1%	8%	10%	54%	
Valor contábil bruto – contas a receber de clientes	140.089	12.821	12.802	37.314	203.026
Provisão para perdas	(1.401)	(1.026)	(1.280)	(21.859)	(25.565)
	138.688	11.795	11.522	15.455	177.461
31 de dezembro de 2022					
Taxa de perdas esperadas - %	1%	8%	10%	54%	
Valor contábil bruto – contas a receber de clientes	66.095	6.049	6.040	17.605	95.789
Provisão para perdas	(661)	(484)	(604)	(27.299)	(29.048)
	65.434	5.565	5.436	(9.694)	66.741

8. Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativo circulante				
Créditos tributários	8.502	3.604	13.256	5.282
Adiantamentos	4.013	16.982	14.742	20.321
Outras contas a receber	7	437	169	464
Total do ativo circulante	12.522	21.023	28.167	26.067
Ativo não circulante				
Depósitos judiciais	8.350	8.184	13.909	13.546
Ativo indenizatório (i)	226	-	5.707	8.403
Outras contas a receber	-	-	-	494
Total do ativo não circulante	8.576	8.184	19.616	22.443

(i) Ativo indenizatório: este saldo representa os valores devidos aos vendedores das combinações de negócios. No contrato emitido pela Companhia, as contingências pertencentes ao período de controle do vendedor, serão de responsabilidade dos mesmos.

9. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Material hospitalar	9.870	10.282	18.083	22.159
Medicamentos	7.445	12.134	13.818	13.334
Outros	1.136	941	3.763	3.633
	18.451	23.357	35.664	39.126

Hospital Meridional S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Saldo Inicial	23.357	39.126
Adições	46.848	121.276
Consumo	(51.754)	(124.738)
Saldo final	18.451	35.664

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve provisão de obsolescência e/ou perda reconhecida, dado que a Companhia verifica os lotes de vencimentos no prazo de 30 a 60 dias, o que evita a necessidade da provisão.

Em 31 de dezembro de 2022 o custo representou R\$ 124.738 (R\$ 121.630 em 31 de dezembro de 2021).

10. Saldos e transações com partes relacionadas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

(a) Remuneração do pessoal-chave da administração

A Companhia considerou como pessoal-chave da administração somente os integrantes da sua diretoria.

A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Salários e outros benefícios de curto prazo, a diretores	1.417	2.852	6.125	3.945
	1.417	2.852	6.125	3.945

(b) Saldos do fim do exercício

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Contas a receber de partes relacionadas				
Hospital Metropolitano S.A.	1.501	-	-	-
Hospital Meridional São Mateus S.A.	542	-	-	-
Hospital São Luiz S.A.	7.408	6.245	-	-
Maternidade Santa Úrsula Ltda.	148.835	-	-	-
Hospital e Maternidade São Mateus Ltda.	6	6	6	-
Kora Saúde Participações	70.847	23	269.708	23
Hospital Anchieta S.A.	-	-	1	-
Praia do Canto Participações Ltda.	-	-	459	-
Meridional Serviço de Manipulação Ltda.	10	-	11	-
Hemodinâmica Meridional Ltda	199	-	-	-
	229.348	6.274	270.185	23

Hospital Meridional S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Contas a pagar a partes relacionadas				
Kora Saúde Participações	215.035	46.284	297.721	47.657
Hospital Metropolitan S.A.	-	13.770	-	-
Hospital Anchieta S.A.	-	-	1.455	-
Hospital Praia da Costa S.A.	35.702	37.785	-	-
Hospital São Francisco S.A.	10.295	19.323	-	-
Angiocardis - Diagnósticos e Terapêutica Ltda	80	-	80	-
Gastroclínica Diagnóstico por Imagem Ltda.	-	617	2	-
	261.112	117.779	299.258	47.657

As contas a receber de partes relacionadas trata-se de transferências de recursos entre as empresas, sendo os principais saldos eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas. Tais saldos não são corrigidos e não tem prazo de vencimento e a expectativa de recebimento é substancialmente no exercício social subsequente.

(c) Aluguéis

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Meridional Imobiliária S.A.	8.801	8.049	8.801	8.049
Praia da Costa Participações Imobiliária S.A.	-	-	2.463	2.272
São Francisco Participações Imobiliária	-	-	80	76
São Luiz Imobiliária S.A.	-	-	720	656
São Mateus Imobiliária S.A.	-	-	4.000	3.647
	8.801	8.049	16.064	14.700

11. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A composição do imposto diferido é como segue:

Ativo de imposto diferido	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	3.738	3.368	9.812	8.692
Provisão (reversão) para contingências	1.101	1.877	2.202	4.955
Valor justo dos ativos adquiridos	-	-	-	-
Ágio - Aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente	-	-	3.522	4.843
Prejuízos fiscais/Base negativa	530	-	14.016	7.770
Provisão para repasses médicos	1.778	1.646	16.410	4.148
Demais diferenças temporárias	4.138	2.178	-	4.082
	11.285	9.069	45.962	34.490

Hospital Meridional S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Passivo de imposto diferido				
Receitas diferidas	9.178	8.318	25.340	23.337
Ágio - Aproveitamento Fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente	-	-	-	2.160
Demais diferenças temporais	-	-	-	-
Amortização da mais valia oriunda da combinação de negócios	-	-	-	-
	9.178	8.318	25.340	25.497
Impostos diferidos (líquidos)	2.107	751	20.622	8.993

A Rede considera que o ativo fiscal diferido é recuperável, quando a estimativa é que as provisões vão se tornando perdas efetivas.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativo de imposto diferido				
Menos de um ano	5.916	3.824	17.291	9.441
Entre um e dois anos	4.839	5.245	12.895	14.858
Entre dois e cinco anos	530	-	15.777	10.192
	11.285	9.069	45.962	34.490

12. Investimentos

(a) Movimentação dos investimentos

	Controladora	
	2022	2021
Em 1º de janeiro	271.094	149.108
Aquisição de Controlada	-	-
Aportes de capital em controladas	2.152	81.827
Aumento de participação em controladas	-	-
Participação nos lucros de controladas	35.608	41.880
Participação nos outros resultados abrangentes de controladas	-	(22)
Baixa de Controlada	-	(1.699)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(73.370)	-
Dividendos propostos a receber	(22.739)	-
Em 31 de dezembro	212.744	271.094

Hospital Meridional S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Participação societária nos investimentos

Nome	Local	Negócio	Relacionamentos	Percentual			
				2022		2021	
				Direta	Indireta	Direta	Indireta
Hospital Meridional Serra S.A.	Serra/ES	Saúde	Controlada	94,43%	-	98,26%	-
Hospital Meridional Praia da Costa S.A.	Vila Velha/ES	Saúde	Controlada	95,33%	-	95,33%	-
Hospital Meridional São Mateus S.A.	São Mateus/ES	Saúde	Controlada	98,61%	-	96,73%	-
Maternidade Santa Ursula de Vitoria Ltda.	Vitória/ES	Saúde	Controlada	100,00%	-	100%	-
Hospital São Francisco S.A.	Cariacica/ES	Saúde	Controlada	98,67%	-	98,67%	-
Hospital São Luiz S.A.	Vila Velha/ES	Saúde	Controlada	94,20%	-	94,20%	-
Hemodinâmica Meridional Ltda.	Cariacica/ES	Saúde	Controlada	100%	-	100%	-
Praia da Costa Diagnósticos Ltda.	Vila Velha/ES	Saúde	Controlada	-	51,32%	-	51,32%
Excelência Plano de Saúde S.A.	Vila Velha/ES	Saúde	Controlada	-	100%	-	100%
Laranjeiras Participações Ltda.	Vila Velha/ES	Holding	Controlada	-	100%	-	-
Instituto de Diagnósticos Especializados Ltda.	Vila Velha/ES	Saúde	Controlada	-	100%	-	-

(c) Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas.

(i) Controladas diretas

31 de dezembro de 2021	Ativo	Patrimônio Líquido	Receita Bruta	Resultado
Hospital Meridional Serra S.A	143.576	34.187	177.006	30.793
Hospital Meridional Praia da Costa S.A	118.463	63.741	110.322	15.337
Hospital Meridional São Mateus S.A	56.541	5.808	65.326	3.091
Maternidade Santa Úrsula de Vitória Ltda.	124.082	36.228	44.884	(8.994)
Hospital São Francisco S.A	37.402	18.292	29.467	4.973
Hospital São Luiz S.A	18.213	875	16.736	985
Hemodinâmica Meridional Ltda.	3.816	3.536	1.264	787
31 de dezembro de 2022	Ativo	Patrimônio Líquido	Receita Bruta	Resultado
Hospital Meridional Serra S.A	180.283	55.114	168.974	24.613
Hospital Meridional Praia da Costa S.A	120.894	60.330	107.083	11.158
Hospital Meridional São Mateus S.A	69.838	10.939	71.675	5.131
Maternidade Santa Úrsula de Vitória Ltda.	181.641	(41.963)	65.494	(7.072)
Hospital São Francisco S.A	34.633	14.838	30.581	1.519
Hospital São Luiz S.A	23.757	3.514	19.147	590
Hemodinâmica Meridional Ltda.	4.864	4.238	766	702

Hospital Meridional S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Controladas indiretas

31 de dezembro de 2021	Ativo	Patrimônio Líquido	Receita Bruta	Resultado
Praia da Costa Diagnósticos	475	475	45	37
Excelência Plano de Saúde S.A	355	343	-	(87)

31 de dezembro de 2022	Ativo	Patrimônio Líquido	Receita Bruta	Resultado
Praia da Costa Diagnósticos	553	549	102	75
Excelência Plano de Saúde S.A	441	287	-	(56)
Laranjeiras Participações Ltda	21.826	7.400	-	7.399
Instituto de Diagnósticos Especializados Ltda	16.867	11.356	11.593	3.598

Hospital Meridional S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Hospital Meridional Serra S.A		Hospital Meridional Praia da Costa S.A		Hospital Meridional São Mateus S.A	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido no início do exercício	33.650	3.341	60.767	31.845	5.728	(10.697)
Distribuição de dividendos aos acionistas	(3.944)	-	(13.890)	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	24.227	30.310	10.635	14.623	5.060	3.048
Aportes de capital	-	-	-	14.300	-	13.376
Reclassificação patrimonial	316	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido no final do exercício	54.249	33.650	57.512	60.767	10.787	5.728
Ágio	78.394	78.394	6.464	6.464	-	-
Ativos intangíveis identificados	1.519	3.285	-	-	-	-
Amortização de mais valia	-	-	-	-	-	-
Transferência por incorporação (ágio)	-	-	-	-	-	-
Saldo contábil do investimento na Controladora	134.162	115.329	63.976	67.231	10.787	5.728

Hospital Meridional S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Maternidade Santa Úrsula de Vitória Ltda.		Hospital São Francisco S.A		Hospital São Luiz S.A		Hemodinâmica Meridional Ltda.	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido no início do exercício	38.795	(8.050)	18.049	13.142	824	(105)	3.536	2.749
Distribuição de dividendos aos acionistas	-	-	(4.907)	-	(220)	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(7.072)	(6.427)	1.499	4.907	556	929	701	787
Aportes de capital	-	-	-	-	2.152	-	-	-
Reclassificação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(73.686)	53.272	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido no final do exercício	(41.963)	38.795	14.641	18.049	3.311	824	4.237	3.536
Ágio	19.494	19.494	464	464	854	854	-	-
Ativos intangíveis identificados	2.307	-	-	-	-	-	475	790
Amortização de mais valia	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência por incorporação (ágio)	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo contábil do investimento na Controladora	(20.162)	58.289	15.105	18.513	4.165	1.678	4.712	4.326

13. Arrendamentos**(i) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial**

O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativos de direito de uso				
Edificações	66.567	62.202	203.792	189.438
Máquinas e equipamentos	278	238	871	755
	66.845	62.440	204.663	190.193
Passivos de arrendamentos				
Circulante	9.591	8.617	28.691	24.745
Não circulante	66.339	60.695	206.682	188.553
	75.930	69.312	235.373	213.298

A Rede aluga diversos imóveis com estrutura hospitalar instalada para sua área operacional. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de trinta anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação, conforme descrito no item (iii) a seguir.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e possui termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;
- pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção; e
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa incremental de empréstimo do arrendamento da Incremental Borrowing Rates (IBR), sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Rede:

- sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido;
- usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Rede, sem financiamento recente com terceiros; e faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo.

(ii) Taxa de desconto

A taxa é determinada de acordo com as características dos contratos e estão demonstradas abaixo, considerando os prazos dos contratos:

<u>Prazos</u>	<u>Taxa % a.a.</u>
5 anos	14,36 - 17,53
30 anos	9,63 - 12,33

(iii) Passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2021	60.748	184.701
Juros incorridos - Nota 25	8.049	23.857
Juros pagos	(360)	(1.822)
Adição por novos contratos	-	1.094
Pagamentos	(8.189)	(23.037)
Ajuste de remensuração de arrendamentos variáveis baseados em índices ou taxas médias	9.064	28.505
Saldo em 31 de dezembro de 2021	69.312	213.298
Saldo em 1º de janeiro de 2022	69.312	213.298
Juros incorridos - Nota 25	8.834	26.317
Juros pagos	(447)	(1.304)
Adição por novos contratos	557	1.505
Pagamentos	(9.041)	(25.697)
Ajuste de remensuração de arrendamentos variáveis baseados em índices ou taxas médias	6.715	21.254
Saldo em 31 de dezembro de 2022	75.930	235.373

<u>Vencimento das prestações</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Até 1 ano	9.591	28.691
Entre 1 e 2 anos	5.397	16.623
Entre 2 e 5 anos	8.096	24.934
Entre 5 e 10 anos	13.493	41.556
Entre 10 e 15 anos	13.493	41.075
Entre 15 e 20 anos	13.493	41.059
Acima de 20 anos	12.368	41.436
Saldo em 31 de dezembro de 2022	75.930	235.374
Valores não descontados	725.312	725.312
Juros embutidos	(649.382)	(489.939)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	75.930	235.373

(iv) Ativos de direito de uso

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2021	55.815	167.840
Adição por novos contratos	-	1.094
Ajustes por remensuração	9.064	28.505
Despesa de depreciação - Nota 23	(2.439)	(7.246)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	62.440	190.193
Saldo em 1º de janeiro de 2022	62.440	190.193
Adição por novos contratos	557	1.505
Ajustes por remensuração	6.715	21.254
Despesa de depreciação - Nota 23	(2.867)	(8.289)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	66.845	204.663

14. Intangível

	<u>Softwares (20% a.a)</u>	<u>Custos de implantação de softwares</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021			
Saldo inicial	2.221	4.730	6.951
Aquisições	150	575	725
Amortização (Nota 23)	(591)	-	(591)
Saldo contábil, líquido	1.780	5.305	7.085
Saldo em 31 de dezembro de 2021			
Custo	3.159	5.305	8.464
Amortização e impairment acumulados	(1.379)	-	(1.379)
Saldo contábil, líquido	1.780	5.305	7.085
Saldo em 31 de dezembro de 2022			
Saldo inicial	1.780	5.305	7.085
Aquisições	-	1.081	1.081
Amortização (Nota 24 e 25)	(591)	-	(591)
Saldo contábil, líquido	1.189	6.386	7.575
Saldo em 31 de dezembro de 2022			
Custo	3.159	6.386	9.545
Amortização e impairment acumulados	(1.970)	-	(1.970)
Saldo contábil, líquido	1.189	6.386	7.575

Hospital Meridional S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado				
	Ágio (Vida útil indefinida)	Non Compete e Marca (20% a 50% a.a)	Softwares (20% a.a)	Custos de implantação de softwares	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021					
Saldo inicial	105.961	12.079	2.737	4.730	125.507
Aquisições	-	-	328	603	931
Amortização (Nota 23)	-	(4.289)	(689)	-	(4.978)
Saldo contábil, líquido	105.961	7.790	2.376	5.333	121.460
Saldo em 31 de dezembro de 2021					
Custo	105.961	19.648	4.306	5.333	135.248
Amortização e impairment acumulados	-	(11.858)	(1.930)	-	(13.788)
Saldo contábil, líquido	105.961	7.790	2.376	5.333	121.460
Saldo em 31 de dezembro de 2022					
Saldo inicial	105.961	7.790	2.376	5.333	121.460
Aquisições oriundas de combinações de negócios (i) - Nota 5	8.654	2.266	-	-	10.920
Amortização (Nota 23)	-	(2.115)	(1.304)	-	(3.419)
Saldo contábil, líquido	114.615	7.941	1.072	5.333	128.961
Saldo em 31 de dezembro de 2022					
Custo	114.615	21.914	4.306	5.333	146.168
Amortização e impairment acumulados	-	(13.973)	(3.234)	-	(17.207)
Saldo contábil, líquido	114.615	7.941	1.072	5.333	128.961

Hospital Meridional S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição do Ágio e non compete

	31 de dezembro 2022			31 de dezembro 2021		
	Ágio	Marca	Non compete/ Contrato Vantajoso	Ágio	Marca	Non compete/ Contrato Vantajoso
Praia da Costa Diagnósticos Ltda.	360	-	-	360	-	-
Hospital Meridional Praia da Costa S.A.	6.464	-	-	6.464	-	-
Hospital São Luiz S.A.	854	-	-	854	-	-
Hospital e Maternidade São Francisco S.A.	464	-	-	464	-	-
Hospital Metropolitan S.A.	78.394	-	3.570	78.394	-	5.154
Maternidade Santa Úrsula	19.425	-	2.554	-	-	2.636
Instituto de Diagnósticos Especializados Ltda.	8.654	1.817	-	-	-	-
Total	114.615	1.817	6.124	86.536	-	7.790

(b) Testes do ágio para verificação de Impairment

	31 de dezembro de 2022	
	MSU	HMS
Crescimento ROL (% CAGR) (i)	22,30%	21,50%
Margem bruta (EBTIDA) (ii)	8,60%	27,30%
Fluxo de caixa livre (em 2023) - R\$	-2.999	21.929
Taxa de desconto <i>post tax</i> - %	10,80%	10,80%
Fluxo de caixa descontado (UCG) - (em 2023) - R\$	-2.849	20.832

15. Imobilizado

	Terrenos e edificações	Obras em andamento	Móveis, utensílios e equipamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021				
Saldo inicial	4	924	26.581	27.509
Aquisições	3	4.870	15.815	20.688
Transferências	1.132	(1.132)	-	-
Alienações	-	-	(2)	(2)
Depreciação - Nota 24	(4)	-	(4.517)	(4.521)
Saldo contábil, líquido	1.135	4.662	37.877	43.674
Saldo em 31 de dezembro de 2021				
Custo	12.361	4.662	60.237	77.260
Depreciação acumulada	(11.226)	-	(22.360)	(33.586)
Saldo contábil, líquido	1.135	4.662	37.877	43.674
Saldo em 31 de dezembro de 2022				
Saldo inicial	1.135	4.662	37.877	43.674
Aquisições	355	27.360	10.282	37.997
Depreciação	(401)	-	(5.420)	(5.820)

Hospital Meridional S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Saldo contábil, líquido	1.089	32.022	42.739	75.850
Saldo em 31 de dezembro de 2022				
Custo	12.716	32.022	70.519	115.257
Depreciação acumulada	(11.627)	-	(27.780)	(39.406)
Saldo contábil, líquido	1.089	32.022	42.739	75.850

	Consolidado				
	Terrenos e edificações	Obras em andamento	Veículos	Móveis, utensílios e equipamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021					
Saldo inicial	724	11.794	43	66.150	78.711
Aquisições	2.213	36.986	-	41.754	80.953
Transferências	20.993	(20.993)	-	-	-
Alienações	-	-	-	(1)	(1)
Depreciação - Nota 24	(437)	-	(21)	(13.375)	(13.833)
Saldo contábil, líquido	23.493	27.787	22	94.528	145.830
Saldo em 31 de dezembro de 2021					
Custo	42.722	27.787	104	152.174	222.787
Depreciação acumulada	(19.229)	-	(82)	(57.646)	(76.957)
Saldo contábil, líquido	23.493	27.787	22	94.528	145.830
Saldo em 31 de dezembro de 2022					
Saldo inicial	23.493	27.787	22	94.528	145.830
Aquisições	375	47.920	-	31.837	80.132
Aquisições oriundas de combinações de negócios	607	-	-	974	1.581
Depreciação	(1.699)	-	(15)	(15.701)	(17.415)
Saldo contábil, líquido	22.776	75.707	7	111.639	210.129
Saldo em 31 de dezembro de 2022					
Custo	43.704	75.707	104	184.985	304.500
Depreciação acumulada	(20.928)	-	(97)	(73.347)	(94.372)
Saldo contábil, líquido	22.776	75.707	7	111.639	210.129

16. Fornecedores e outras obrigações

A Rede contém saldos com fornecedores no país, que fornecem substancialmente materiais, medicamentos e serviços hospitalares. As operações são efetuadas em condições normais de mercado, com prazos entre 30 e 60 dias.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Contas a pagar aos fornecedores (i)	30.897	33.290	70.418	62.658
Encargos previdenciários e outros encargos trabalhistas	5.550	11.646	22.010	29.801
Imposto de renda e contribuição a pagar	-	-	6.701	12.883
Obrigações tributárias correntes	791	1.336	2.242	4.490
Obrigações tributárias parceladas	3.904	4.074	16.795	18.810
Outras contas a pagar	21	75	1.470	1.585
Total	41.163	50.421	119.636	130.227
Passivo circulante	37.923	46.852	106.146	114.580
Passivo não circulante	3.240	3.569	13.490	15.647
Total	41.163	50.421	119.636	130.227

(i) Títulos a pagar aos fornecedores de serviços, insumos e outros.

(a) Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Salários a pagar	1.701	1.762	6.263	6.136
Bônus a pagar	-	4.730	-	6.747
INSS a pagar	609	831	1.835	3.046
FGTS a pagar	237	206	1.120	804
Provisão de férias e encargos	2.935	4.079	12.706	12.975
Outras obrigações trabalhistas	68	38	86	93
Total	5.550	11.646	22.010	29.801

Hospital Meridional S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
IRPJ e CSLL a pagar	-	-	6.701	12.883
PIS e COFINS a pagar	382	612	1.185	1.800
ISS a pagar	133	319	538	1.586
Retenções a recolher	276	405	519	1.104
Total	791	1.336	8.943	17.373

(c) Obrigações tributárias parceladas

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Parcelamentos municipais	-	-	25	322
Parcelamentos federais	3.904	4.074	16.769	18.488
Total	3.904	4.074	16.794	18.810
Passivo circulante	664	520	3.401	3.341
Passivo não circulante	3.240	3.554	13.394	15.469
Total	3.904	4.074	16.795	18.810

(d) Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Outras dívidas	-	38	1.223	1.250
Outras obrigações	21	37	247	335
Total	21	75	1.470	1.585
Passivo circulante	21	59	1.375	1.407
Passivo não circulante	-	16	95	178
Total	21	75	1.470	1.585

17. Contas a pagar por aquisição

Aquisições	Índice de correção	Controladora	
		2022	2021
Hospital Metropolitano S.A.	IPCA	13.296	11.517
Total		13.296	11.517
Passivo Circulante		-	-
Passivo não circulante		13.296	11.517
Total		13.296	11.517
Consolidado			

Hospital Meridional S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<u>Aquisições</u>	<u>Índice de correção</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Hospital Metropolitano S.A.	IPCA	13.296	11.517
Maternidade Santa Úrsula	IPCA	5.761	5.219
Instituto de Diagnósticos Especializados Ltda.	IPCA	2.052	-
Total		21.110	16.736
Passivo circulante		-	-
Passivo não circulante		21.110	16.736
Total		21.110	16.736

As contas a pagar por aquisições de hospitais referem-se ao saldo remanescente das aquisições efetuadas. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto possui o seguinte cronograma de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
2023	-	11.517	13.796	11.517
2024	13.296	-	7.314	5.219
Total	13.296	11.517	21.110	16.736

18. Empréstimos e financiamentos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de dezembro de 2022</u>	<u>31 de dezembro de 2021</u>	<u>31 de dezembro de 2022</u>	<u>31 de dezembro de 2021</u>
Circulante				
Empréstimos bancários	29.778	21.547	47.583	38.649
Debêntures	19.989	19.048	19.989	19.048
	49.767	40.595	67.571	57.697
Não circulante				
Empréstimos bancários	60.245	80.360	98.402	127.857
Debêntures	38.312	57.143	38.312	57.143
	98.557	137.503	136.713	185.000
Total	148.324	178.098	204.284	242.697

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2021	167.236	247.753
Captação	70.000	70.000
Juros provisionados	14.054	19.522
Amortização dos custos de transação	2.800	3.045
Pagamento de principal	(53.353)	(74.304)
Juros pagos	(22.639)	(23.319)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	178.098	242.697
Captação	-	2.000
Custos de transação	4.157	6.721
Juros incorridos - Nota 25	17.361	24.549
Amortizações de principal	(30.092)	(39.416)
Amortizações de juros	(21.200)	(32.267)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	148.324	204.284

Hospital Meridional S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Debênture não conversível

O Hospital Meridional S.A., emitiu 10.000 títulos de dívida da 1ª Debênture Privada Simples não conversíveis em Ações, da espécie quirografária, em série única com valor nominal de R\$ 10 mil em 8 de janeiro de 2019, onde os recursos obtidos pela Companhia por meio da Emissão foram destinados ao reforço do caixa da Companhia e pagamento de dívida de curto prazo. Os títulos de dívida vencem em sete anos com carência de dois anos a contar da data de emissão.

O título de dívida não conversível reconhecido no balanço patrimonial é calculado como segue em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Componente do passivo em 1º de janeiro de 2021	94.814
Pagamento de principal	(19.050)
Despesa financeira	5.762
Juros pagos	(5.502)
Amortização do custo de transação (CPC 08)	167
Componente do passivo em 31 de dezembro de 2021	76.191
Captação	-
Pagamento de principal	(19.048)
Despesa financeira - Nota 25	5.985
Despesa financeira - efeito incorporação reversa	-
Juros pagos	(9.253)
Custo de transação (CPC 08)	4.425
Componente do passivo em 31 de dezembro de 2022	58.300

(b) Empréstimos e financiamentos por Instituições Financeiras

Apresentamos a seguir, os empréstimos da Companhia por instituições financeiras:

Operação/Instrumento	Garantias	Taxa (a.a.)	Vencimento	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Debênture 1ª emissão - Hospital Meridional - Série única	-	100% CDI	Nov./25	58.300	77.318
CCB's Santander	Aval	100% CDI	Abr./27	72.082	84.237
CCB's BBM	Aval	100% CDI	Out./26	61.488	63.983
Outros	Aval	100% CDI	Abr./29	12.414	17.159
Total				204.284	242.697

19. Passivos relacionados a contratos com clientes

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Passivo circulante				
Adiantamento de clientes (i)	265	507	1.788	1.747
	265	507	1.788	1.747

(i) Os adiantamentos de clientes correspondem a pagamentos antecipados realizados por convênios/operadoras de saúde previamente acordado com a Administração da Rede, nas quais esperam-se que as obrigações de desempenho futuramente realizadas compensarão esses recebimentos antecipados.

20. Provisões para contingência**(a) Perdas prováveis, provisionadas no balanço**

	Controladora			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Em 1º de janeiro de 2021	818	4.114	140	5.072
Adições de novos processos	558	518	819	1.895
Baixas	-	(1.313)	-	(1.313)
Remensuração de processos (i)	(573)	441	(2)	(134)
Em 31 de dezembro de 2021	803	3.760	957	5.520
Adições de novos processos	-	574	-	574
Baixas	(2)	(347)	-	(349)
Remensuração de processos	(516)	(780)	(957)	(2.253)
Passivos assumidos em combinação de negócios	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	285	3.207	-	3.492

	Consolidado			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Em 1º de janeiro de 2021	3.161	6.748	2.720	12.629
Adições de novos processos	1.642	899	2.071	4.612
Baixas	-	(1.352)	-	(1.352)
Remensuração de processos	(1.285)	688	(718)	(1.315)
Em 31 de dezembro de 2021	3.518	6.983	4.073	14.574
Adições de novos processos	-	1.433	-	1.433
Baixas	(972)	(548)	(2.272)	(3.792)
Remensuração de processos	(11)	(775)	(957)	(1.743)
Passivos assumidos em combinação de negócios	-	(348)	-	(348)
Em 31 de dezembro de 2022	2.535	6.745	844	10.124

(i) A Companhia, através dos seus assessores legais, remensurou alguns processos devidos as novas circunstâncias apresentadas no decorrer do exercício, as quais motivaram a mudança de opinião a respeito da probabilidade de perda passando de remotos e possíveis para probabilidade provável.

(b) Trabalhistas e cíveis

A Rede é parte integrante em processos trabalhistas e cíveis em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração com base na expectativa de perda provável, amparada por seus assessores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- Contingências trabalhistas e previdenciárias: A Companhia é parte integrante em processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. A Administração, com auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas e prováveis, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.
- Ações cíveis: Os processos de natureza cível estão relacionados a ações movidas por pacientes e familiares diretamente relacionadas às atividades médicas, comuns ao setor hospitalar.
- Ações Tributárias: Consta autos de infração alegando insuficiência de recolhimento e entrega de declaração lançamento ISS, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

(b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Não é esperado nenhum passivo relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados. Adicionalmente, a Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Trabalhistas	1.069	1.753	5.641	7.880
Cíveis	9.921	7.937	38.032	23.492
Tributárias	277	170	3.711	1.956
	11.267	9.860	47.384	33.329

A Companhia, através dos seus assessores legais, remensurou alguns processos devidos as novas circunstâncias apresentadas no decorrer do exercício, as quais motivaram a mudança de opinião a respeito da probabilidade de perda passando de remotos e possíveis para probabilidade provável.

21. Patrimônio líquido

(a) Capital social

A quantidade total de ações ordinárias autorizadas em 31 de dezembro de 2022 é de 66.541 ações (31 de dezembro de 2021 – 66.541 de ações), sem valor nominal.

	Quantidade de ações - milhares	Capital
Em 31 de dezembro de 2022	66.541	68.100

(b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(c) Reserva de investimento

A reserva de investimento refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios, estabelecido no plano de investimentos da Rede, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas.

(d) Reserva de de lucros

A reserva de retenção de lucros é composta por retenção de lucros, prejuízos acumulados, quando aplicável.

Em 18 de maio de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária a destinação dos lucros referente a 2021, para a reserva estatutária em 30.000, para a manutenção do capital de giro da Companhia, e aplicação e manutenção da infraestrutura hospitalar.

(e) Lucro por ação

Resultado básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia não possui potencial instrumento diluidor nos exercícios acima, desta forma o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

(f) Dividendos propostos

As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida lei.

O saldo restante do lucro líquido ajustado deverá permanecer na conta de lucros acumulados até que a Assembleia Geral delibere sobre sua destinação.

Em 18 de maio de 2022 conforme deliberado em ata de Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado a distribuição de dividendo mínimo obrigatório, de R\$ 10.049 (dez milhões, quarenta e nove mil reais), referentes à destinação de lucros apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, cujo resultado foi positivo no valor de R\$ 42.311 (quarenta e dois milhões, trezentos e onze mil reais).

22. Receita líquida de contrato com clientes

Reconciliação entre a receita bruta de serviços e receita líquida:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Receita bruta de prestação de serviços	228.957	233.315	704.373	678.367
Impostos sobre vendas	(11.659)	(12.360)	(36.075)	(34.819)
Glosas acatadas	(4.142)	(2.251)	(12.686)	(6.456)
	213.156	218.704	655.612	637.092

Hospital Meridional S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23. Custos e despesas por natureza

(a) Custos dos serviços prestados

	Individual		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Custos dos serviços prestados				
Pessoal	34.104	36.573	141.392	136.674
Materiais e medicamentos	51.754	50.318	124.738	121.630
Serviços de terceiros	43.249	39.929	153.512	135.240
Utilidades e serviços	12.775	12.087	42.274	37.788
Aluguéis (i)	361	886	3.244	4.057
Depreciação (Direito de uso)	2.867	2.439	8.289	7.246
Depreciação	5.820	4.521	17.415	13.833
Amortização	591	591	3.342	689
	151.521	147.344	494.206	457.157

(i) Os aluguéis referem-se a locações de equipamentos e imóveis e possuem vigência inferior a 12 meses, não constituindo parte dos arrendamentos da Companhia.

(b) Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Despesas gerais e administrativas				
Pessoal	15.824	22.454	37.650	37.102
Serviços de terceiros	10.793	12.969	19.172	19.240
Viagens e hospedagens	386	989	389	1.109
Outras despesas	3.143	3.749	1.662	3.105
Amortização	-	-	77	4.289
	30.146	40.161	58.950	64.845

24. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Outras receitas				
Outras receitas operacionais	3.240	81	7.329	147
Total de outras receitas	3.240	81	7.329	147
Outras despesas				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Nota 7	(1.087)	(3.102)	(3.424)	(8.275)
Provisão para contingências - Nota 20	2.253	(448)	1.743	6.458
Outras despesas operacionais	(129)	(2.215)	(401)	(2.371)
Total de outras despesas	1.037	(5.765)	(2.082)	(4.188)
Outras receitas (despesas)	4.277	(5.684)	5.245	(4.041)

Hospital Meridional S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Receita financeira				
Receita financeira de depósitos bancários de curto prazo (i)	305	116	2.563	1.011
Ganhos cambiais de atividades financeiras	-	68	-	68
Descontos obtidos	13	176	151	431
Total da receita financeira	318	360	2.714	1.510
Despesa financeira				
Empréstimos bancários - Nota 19	(11.376)	(8.292)	(18.564)	(13.760)
Despesas com atualizações de impostos e outras dívidas	(306)	(173)	(1.143)	(845)
Debêntures - Nota 19	(5.985)	(5.762)	(5.985)	(5.762)
Passivos de arrendamento - Nota 14	(8.834)	(8.049)	(26.317)	(23.857)
Atualização monetária da parcela diferida oriunda de combinação de negócios	(1.779)	(2.254)	1.925	(2.970)
Outras despesas financeiras	(5.239)	(640)	(12.549)	(1.602)
Total da despesa financeira	(33.519)	(25.170)	(62.633)	(48.796)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(33.201)	(24.810)	(59.919)	(47.286)

26. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Imposto corrente				
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	-	2.508	16.655	25.901
Total do imposto corrente	-	2.508	16.655	25.901
Imposto diferido				
Geração e estorno de diferenças temporárias	(1.356)	(775)	(9.469)	(4.448)
Total do imposto diferido	(1.356)	(775)	(9.469)	(4.448)
Despesa de imposto de renda	(1.356)	1.733	7.185	21.453

O imposto sobre o lucro da Rede difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto média ponderada, devido a adições e exclusões fiscais aplicáveis aos lucros das entidades, como segue:

Hospital Meridional S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Lucro antes do imposto	38.173	42.585	47.784	63.763
Imposto calculado com base em alíquotas de imposto locais	(12.979)	(14.455)	(16.247)	(21.655)
Ajustes permanentes	(14.336)	(12.722)	(9.062)	(202)
Atual. valor justo sob comb. negócios (parc. diferida)	238		265	
Amortização arrendamento - Ajuste AVP (IFRS 16) (ii)	-	664		2.298
Benefício fiscal - Goodwill /Mais Valia	737		737	
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	238	51	(2.148)	129
Resultado equiv. patrimonial controladas	(12.107)	(14.239)		505
Prejuízo fiscal e base negativa	-		(227)	(510)
Investidas no regime lucro presumido (i)	-		275	(228)
Outras receitas (despesas)	(3.441)	802	(7.964)	(2.396)
Encargo fiscal	(1.357)	1.733	7.185	21.453

27. Compromissos

A Companhia e suas coligadas possuem contratos de aluguéis, serviços e mercadorias que ainda não possuem requisitos para serem contabilizados até que entre em vigor a sua ocorrência pelo regime de competência. Também não se enquadram nos requisitos do IFRS 16.

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2022
Até um ano	2.989	9.678
Entre um e dois anos	6.989	2.982
Acima de dois anos	3.217	3.353
	13.195	16.013

28. Seguros (não auditado)

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Consolidado
Seguro patrimonial	65.411
Seguro equipamento	27.480
Seguro automotivo	2.057
	94.947

Adicionalmente, a Companhia mantém apólices específicas para responsabilidade civil.

29. Instrumentos Financeiros por categoria

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativos financeiros				
Ativos ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	2.358	1.338	21.793	14.998
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	17.669	63.358	66.741	177.460
Contas a receber de partes relacionadas	229.348	6.274	270.185	23
Depósitos judiciais	8.350	8.184	13.909	13.546
	257.725	79.154	372.628	206.027
Passivos financeiros				
Passivos ao custo amortizado				
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	37.923	46.852	99.446	101.697
Empréstimos	148.324	178.098	204.284	242.697
Passivos de arrendamento	75.930	69.312	235.373	213.298
Contas a pagar com partes relacionadas	261.112	117.779	299.258	47.657
	523.289	412.041	838.361	605.349
Passivos ao valor justo por meio do resultado				
Contas a pagar por aquisição	13.296	11.517	21.110	16.736
	13.296	11.517	21.110	16.736
	536.585	423.558	859.471	622.085